

Título na Mão

Se havia no começo alguma ilusão, o final da campanha veio mostrar que os grandes partidos políticos brasileiros se desmancharam. O artificialismo com que se montaram não resistiu à vazão das novas necessidades sociais e políticas. Nasceram de negociações e acomodações de cúpula para atender à exigência da lei eleitoral, mas a eleição presidencial tirou a máscara dos partidos, e os eleitores não reconheceram o rosto que estava por trás. Os dois maiores partidos brasileiros, o PMDB e o PFL, não resistiram ao intervalo de dois anos que separa a eleição estadual e a sucessão presidencial.

O PMDB e o PFL se esvaziaram historicamente. O PFL não passou de uma dissidência do antigo PDS, que foi o nome adotado pela falecida Arena para sobreviver ao seu comprometimento com o regime autoritário. Com a precária vitória que adiou a eleição presidencial direta, o PDS se desagregou porque era um aglomerado (e não um partido) que reunia os remanescentes de uma fase política pobre de idéias e de figuras.

Não teve melhor sorte o PFL, que não conseguiu mudar sequer a identidade falsa: o partido da frente liberal não correspondeu a qualquer das três palavras. Não foi partido, não foi uma frente e muito menos assumiu a convicção liberal. Não demorou a recolher os prejuízos políticos assim que se submeteu a eleição. Na última rodada de renovação dos governos estaduais em 1986, o PFL fez um governador. O PMDB fez os 23 outros governadores, como beneficiário do Plano Cruzado, mas, como se viu em seguida, por equívoco dos eleitores. Dois anos depois, ao começar a curva da sucessão presidencial, os supostos vitoriosos foram caindo das suas aspirações políticas.

As candidaturas com que os dois maiores partidos se apresentaram foram condenadas a um papel secundário. É injusto atribuir aos candidatos a falha, porque na verdade o PMDB e o PFL se esvaziaram durante a passagem pelo poder. O maior, pela ambigüidade com que jogou e perdeu. O menor, pelo oportunismo monolítico de que deu mostras até na hora de desaparecer: faltou grandeza e sobrou mesquinhez ao PFL. Basta lembrar que o último episódio da sucessão presidencial foi gerado nas entranhas dessa legenda em extinção: o oportunismo latente prensou o candidato, sem ressonância nas pesquisas, para arrancar-lhe a desistência. Era, porém, um jogo de cartas marcadas. Do lado de fora a candidatura de auditório esperava para se consumir.

O candidato Aureliano Chaves explodiu em indignação e, atrás dele, a opinião pública se ergueu para externar em coro o protesto moral pela manobra que afrontou os brios democráticos da sociedade. A eleição presidencial que se realiza depois de 29 anos não pode ser degradada como se fosse a demonstração de que o autoritarismo tinha razão de suprimi-la. A apresentação da candidatura Silvio Santos pretendeu ser as duas coisas: rebaixar a opção política e justificar a eleição indireta. Mostrou, no entanto, apenas a falência dos partidos. Os eleitores entenderam que esta eleição lhes impõe a clarividência de exercer o seu direito sem fazer o jogo antidemocrático que se armou sem tempo para ser desfeito.

Foi esse o aspecto turvo do episódio Silvio Santos: a iniciativa pretendeu valer-se da liquidação das grandes legendas eleitorais para golpear a credibilidade democrática, apresentando-se fora de prazo para proteger o pretendente contra os riscos da campanha, confundir a opinião pública, intimidar a justiça eleitoral com uma popularidade que não diz respeito à confiança política e gerar um fato consumado que se tornasse irreversível. Não há a menor dúvida de que a candidatura por fora da campanha e ao arrepio das normas mostrou que o PFL perdeu a capacidade de sobrevivência, mas não precisava ofender a credibilidade da própria eleição presidencial com a ameaça de uma perda irreparável de qualidade.

A sociedade — toda a sociedade — não conteve o seu senso moral diante do espetáculo montado como um programa de auditório a título de compensação pelo atraso. A candidatura é em si mesma a demonstração de um atraso político que pretende exprimir um atraso social que, no entanto, não se resolverá com o culto da ignorância cívica. O sentido de exploração a cada dia se acentua nas palavras e no comportamento que vem ao conhecimento público. A cupidez material, o açodamento, os atentados à gramática, o despuddor de poluir o interesse público e conspurcar a confiança no regime democrático são inaceitáveis a qualquer título.

O cidadão, ao localizar o seu título para deixá-lo ao alcance da mão, às vésperas da eleição, terá de reconsiderar tudo que viu e ouviu por um novo sentido que o convoca a exercer o direito de eleger o presidente da República: o Brasil quer distância do passado imediato, e do que o produziu.